

SELEÇÃO 2022 – PROVA TEÓRICA - GABARITO
VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Enunciado: A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Em seu Art. 2º, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades, exceto:

Resposta: intervenção no estabelecimento que receba recursos privados de qualquer esfera

Enunciado: A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta, dentre outros fatores, as circunstâncias agravantes. Marque a alternativa que não corresponde a uma circunstância agravante.

Resposta: a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato

Enunciado: A portaria de Consolidação nº5 de 28 de setembro de 2017 define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Nesse contexto, considera-se animais de relevância para a saúde pública, exceto:

Resposta: qualquer cão não domiciliado

Enunciado: Sobre a notificação de doenças aos órgãos de saúde, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível, sendo obrigatória a médicos e outros profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino a notificação de casos suspeitos ou confirmados das doenças de notificação compulsória;
- II. São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.
- III. É dever do médico veterinário fornecer informações de interesse da saúde pública e de ordem econômica às autoridades competentes nos casos de enfermidades de notificação obrigatória;
- IV. Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem é considerado uma infração sanitária punível com advertência e/ou multa de no mínimo R\$2000,00;
- V. O profissional médico veterinário que não notificar doenças de interesse em saúde pública poderá ter a suspensão do exercício profissional por até 90 dias.

Resposta: Todas as alternativas estão corretas

Enunciado: Segundo a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é incorreto afirmar que:

Resposta: o vapor, quando utilizado em contato direto com alimentos ou com superfícies que entrem em contato com alimentos, não necessita ser produzido a partir de água potável uma vez que não representa fonte de contaminação;

Enunciado: Segundo a Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), o gerador de Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) deve, exceto:

Resposta: apresentar documento comprobatório de operação de venda ou de doação dos RSS destinados à recuperação, à reciclagem, à compostagem e à logística reversa, apenas para estabelecimento público

Enunciado: Considerando as etapas de manejo dos resíduos de serviço de saúde (RSS), com ênfase a Segregação, acondicionamento e identificação, marque a alternativa incorreta.

Resposta: Os RSS do Grupo D devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana e os sacos precisam ser identificados

Enunciado: Considerando a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, são competências da ANVISA, exceto:

Resposta: estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde humana e animal

Enunciado: De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.061 de 2020, que se refere a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados, são de notificação imediata no Sistema Municipal de Saúde, exceto:

Resposta: Violência doméstica e/ou outras violências

Enunciado: A Resolução CFMV nº 1.138 de 2016 estabelece o Novo Código de Ética do médico veterinário e institui uma série de penalidades aos profissionais que o infringirem. Nas relações do médico veterinário com os animais e o meio ambiente o profissional deve atentar para as seguintes situações, exceto:

Resposta: Usar os animais em práticas de ensino e na experimentação científica sempre que necessário, desde que haja uma justificativa social, mesmo havendo métodos alternativos reconhecidos

Enunciado: A Portaria nº 782, de 15 de março de 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional. Analise as assertivas abaixo:

- I. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente será realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, além de estabelecimentos públicos ou privados educacionais, unidades laboratoriais e instituições de pesquisa.
- II. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento ou por estabelecimentos públicos ou privados relacionados ao manejo de animais.
- III. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios divulgarão, em endereço eletrônico oficial, o número de telefone, fax, endereço de e-mail institucional ou formulário para notificação compulsória.
- IV. A SVS/MS publicará normas complementares relativas aos fluxos, prazos, instrumentos, definições de casos suspeitos e confirmados, funcionamento dos sistemas de informação em saúde e demais orientações técnicas para o cumprimento e operacionalização desta Portaria.
- V. As autoridades de saúde garantirão a divulgação atualizada dos dados públicos da notificação compulsória para profissionais de saúde, órgãos de controle social e população em geral.

Resposta: I, II, III, IV e V estão corretas

Enunciado: De acordo com o Manual de Prevenção, Vigilância e Controle de Zoonoses, as ações de prevenção de zoonoses caracterizam-se por serem executadas de forma temporária ou permanente, dependendo do contexto epidemiológico, por meio de ações, atividades e estratégias de:

Resposta: educação em saúde, manejo ambiental e vacinação animal

Enunciado: Rotineiramente, a área de vigilância de zoonoses deve desenvolver e executar ações, atividades e estratégias de vigilância de zoonoses e, dependendo do contexto epidemiológico, também de prevenção, em seu território de atuação. As atividades da Vigilância são organizadas e executadas em Vigilância ativa e Vigilância passiva. Sendo assim, são exemplos de atividades da Vigilância Ativa, exceto:

Resposta: Canal de comunicação com a população para informações sobre animais de relevância para a saúde pública, bem como para que a população notifique a área de vigilância de zoonoses, quando diante de um animal suspeito de zoonose de relevância para a saúde pública

Enunciado: São objetivos do Sistema Único de Saúde:

- I. A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- II. O incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico.
- III. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- IV. A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica, de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- V. A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.

Resposta: Todas as assertivas estão corretas

Enunciado: São exemplos de zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde:

Resposta: peste, febre maculosa brasileira, febre de Chikungunya, hantavirose e febre do Nilo Ocidental

Enunciado: A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a Atenção Básica analise as assertivas abaixo:

- I. A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.
- II. Serão reconhecidas outras estratégias de Atenção Básica, desde que observados os princípios e diretrizes previstos nesta portaria e tenham caráter transitório, devendo ser estimulada sua conversão em Estratégia Saúde da Família.
- III. A integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que consideremos determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade.
- IV. Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, de acordo com esta portaria, serão denominados Unidade Básica de Saúde (UBS).
Todas as UBS são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica para a Rede de Atenção à Saúde.

Resposta: Todas as assertivas estão corretas

Enunciado: A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Analise as assertivas abaixo:

- I. A PNAB considera os termos Atenção Básica e Atenção Primária à Saúde, nas atuais concepções, como termos equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes.
- II. A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.
- III. A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.
- IV. A Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, desconsiderando os determinantes e condicionantes de saúde.
- V. É proibida qualquer exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras.

Resposta: As assertivas I, II, III e V estão corretas.

Enunciado: A Portaria nº 782, de 15 de março de 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional. De acordo com essa

Portaria, são considerados eventos de saúde pública, Epizootias de notificação compulsória imediata, exceto:

Resposta: arboviroses de importância em saúde pública (Encefalomielite Equina do Oeste, do Leste e Venezuelana, Oropouche, Mayaro)

Enunciado: De acordo com o Art. 3º da Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são considerados Princípios e Diretrizes do SUS e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica:

- I. Universalidade, Equidade, Integralidade, Regionalização, Hierarquização, Territorialização são considerados princípios do SUS a serem operacionalizados na AB.
- II. Universalidade, Equidade, Integralidade são considerados princípios do SUS a serem operacionalizados na AB.
- III. Somente a Universalidade, Equidade e Integralidade devem ser considerados na Atenção Básica.
- IV. Regionalização, Hierarquização, Territorialização, População Adscrita; Cuidado centrado na pessoa; Resolutividade; Longitudinalidade do cuidado; Coordenação do cuidado; Ordenação da rede; e Participação da comunidade são consideradas as Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica.
- V. A participação da comunidade não deve ser considerada uma Diretriz a ser operacionalizada na AB.

Resposta: Somente as assertivas II e IV estão corretas

Enunciado: A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Sendo assim, analise as assertivas abaixo:

- I. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social
- III. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete, entre outras funções: formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente, de saneamento básico e relativas às condições e aos ambientes de trabalho; definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade, de rede de laboratórios de saúde pública, de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.
- IV. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS, obedecem aos seguintes princípios: universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- V. Os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS não precisam obedecer aos princípios de universalidade, integralidade e igualdade uma vez que apresentam autonomia.

Resposta: As assertivas I, II, III e IV estão corretas.